

V SIANCO



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE COGNITIVA 15 a 19 de setembro de 2025

Temática: O campo multirreferencial da Análise Cognitiva: Tendências e desafios na atuação profissional

Organização **Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento**



RESUMO EXPANDIDO

EIXO TEMÁTICO: Difusão do Conhecimento

Informalidade no Mercado de Trabalho em Camaçari: Diagnóstico e Perspectivas

Silvânia Ferreira Conceição¹

Lis Helena de Souza Borges²

Suely Aldir Messeder³

INTRODUÇÃO

A informalidade constitui um dos principais desafios para o estudo do mercado de trabalho contemporâneo, dada a sua heterogeneidade e complexidade conceitual (Filgueiras, Druck, Amaral, 2004). O município de Camaçari, no estado da Bahia, apresenta um cenário econômico marcado por contrastes. Apesar de ter registrado, em 2010⁴, o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado e possuir um perfil industrializado, convivia com elevados índices de desemprego e informalidade⁵.

¹ Graduada em Estatística pela Universidade Federal da Bahia e mestra em Estatística pela Universidade de Brasília.

² Graduada em Ciências Econômicas, mestra em Administração e doutoranda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia.

³ Doutora em Antropologia pela Universidade de Santiago de Compostela, professora titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Enlace.

⁴ Até a data de realização deste estudo, os microdados do Censo demográfico de 2022 e as informações de mercado de trabalho estavam indisponíveis.

⁵ O conceito de informalidade adotado segue as recomendações da OIT (2023b), adaptadas pelo IBGE (Perfil..., 2012), considerando: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada; empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência; e trabalhadores familiares auxiliares.

Naquele ano, aproximadamente 39% da população ocupada não contava com proteção social, com maior impacto entre mulheres e pessoas negras (IBGE, 2010).

No mercado de trabalho brasileiro, esse fenômeno configura-se como algo complexo e heterogêneo, que inclui desde atividades de subsistência realizadas à margem da lógica mercantil, até pequenos empreendimentos integrados ao mercado capitalista, envolvendo também trabalhadores autônomos qualificados (Figueiras; Druck; Amaral, 2004; Nogueira; Carvalho, 2021). Esse quadro evidencia a necessidade de análises que considerem as múltiplas dimensões presentes nas relações de trabalho, especialmente no âmbito das desigualdades de gênero e raça.

Motivado pelo projeto “A baianidade e o(a) empreendedor(a) em seu fazer cotidiano: um estudo sobre os(as) microempreendedores(as) e seus estabelecimentos”, aprovado em 2014 pelo Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM/FAPESB/CNPq)⁶, este artigo buscou aprofundar a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho no município de Camaçari. O estudo confronta as estatísticas do trabalho formal e informal, com foco especial em trabalhadores (as) por conta própria e microempreendedores (as) individuais (MEI).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo exploratório analisou o mercado de trabalho em Camaçari com base no Censo demográfico de 2010⁴. Para atualizar o perfil populacional, foram usadas informações preliminares do Censo 2022. As estatísticas apresentadas foram geradas por meio do processamento dos microdados do censo 2010, utilizando o software R e o pacote *svyr* (Freedman; Schneider, 2023)⁷.

RESULTADOS

A informalidade no mercado de trabalho de Camaçari acompanhava padrões consistentes com as desigualdades estruturais observadas no âmbito nacional. Em termos demográficos, a população municipal cresceu 23,6% entre 2010 e 2022, alcançando 300.372 habitantes. Nesse contexto, houve também um aumento na

⁶ O Pronem, em conformidade com a Lei n° 10.197/01 e o Decreto n° 3.807/01 que regulamenta o Fundo Setorial de Infraestrutura, em 2014, lançou um edital pela Fapesb, SECTI, em parceria com o CNPq.

⁷ Amplamente utilizado para gerar estatísticas a partir de pesquisas domiciliares com plano amostral complexo.

participação feminina, que passou a representar 52% do total, e da população negra, que representava 83,9% (IBGE, 2010; IBGE, 2022).

Em 2022, verificou-se uma elevação significativa da escolaridade média, com destaque para a expansão do número de indivíduos com ensino superior completo, indicando um processo de qualificação da força de trabalho local. A melhora nos níveis educacionais tende a refletir em condições mais favoráveis de inserção no mercado de trabalho, ainda que não tenha sido possível constatar, uma vez que os dados do censo 2022 para este tema ainda não estão disponíveis (IBGE, 2010; IBGE, 2022).

Em 2010, 39% dos trabalhadores ocupados estavam em vínculos informais. As desigualdades de gênero e raça foram marcantes: entre as mulheres, a informalidade alcançava 49,1%, enquanto entre os homens era de 32,6%. Do ponto de vista racial, 39,7% dos trabalhadores negros estavam na informalidade, percentual superior ao observado entre brancos (35,7%) (IBGE, 2010). Esses dados reforçaram que a inserção laboral continua a reproduzir assimetrias históricas, com penalização mais intensa para mulheres e pessoas negras, como apontam estudos nacionais sobre discriminação e precarização (Soares, 2000; Nunes; Santos, 2016).

A análise setorial revelou disparidades ainda mais expressivas. A agropecuária apresentou a maior taxa de informalidade (87,7%), seguida pelos serviços domésticos com o segundo pior resultado (66,3%). Esses indicadores evidenciaram a precariedade estrutural de setores associados tanto à baixa produtividade quanto à forte concentração de mão de obra feminina. Por outro lado, a indústria registrou a menor taxa de informalidade, 13,3%. Contudo, mesmo nesse setor mais protegido, a desigualdade de gênero se expressou de forma aguda: 30,9% das mulheres estavam em vínculos informais, contra apenas 8,4% dos homens (IBGE, 2010).

No que se refere aos rendimentos, a média para a população ocupada foi de 1,9 salários mínimos. Entretanto, as mulheres receberam em média 1,4 salários mínimos, enquanto os homens atingiram 2,2, revelando um hiato de aproximadamente 57%. Em todos os setores, os vínculos informais resultaram em menores rendimentos quando comparados aos formais, com diferenças mais acentuadas na agropecuária (1,3 salários mínimos a mais para os formais) e na indústria (1,2 salários mínimos).

Outro aspecto relevante diz respeito à mobilidade laboral. Em 2010, cerca de 15% dos trabalhadores residentes em Camaçari exerciam atividades em outros municípios, enquanto 25,9% dos ocupados no município residiam fora dele. Esse fluxo pendular está associado a dinâmica de regiões industrializadas, que funcionam como polos de atração de mão de obra ao mesmo tempo em que exportam parte de seus trabalhadores (Moura, 2011). Adicionalmente, verificou-se que 35,4% das pessoas ocupadas, com vínculo formal em Camaçari, residiam fora do município.

Nessa região, 84,1% dos residentes que trabalhavam por conta própria estavam sem proteção social, enquanto 35,7% dos empregadores exerciam suas funções informalmente. Embora o regime de Microempreendedor Individual (MEI), criado como para a formalização de trabalhadores por conta própria, se apresente como alternativa à informalidade, ainda apresenta limitações importantes. Em dezembro de 2022, Camaçari registrava 22.158 optantes, dos quais 54,7% estavam inadimplentes. Essa elevada taxa compromete a efetividade do instrumento, já que a inadimplência implica na perda de proteção previdenciária. Além disso, há evidências de que o regime tem absorvido trabalhadores que migraram de empregos formais para o MEI, em um processo de precarização do vínculo laboral sob o discurso do empreendedorismo (Nogueira; Carvalho, 2021; Brasil, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da informalidade em Camaçari revelou que, apesar de sua industrialização e destaque no PIB estadual, a precarização do trabalho permaneceu como uma característica estrutural. O perfil mais vulnerável era composto por mulheres e pessoas negras, com ocupações de baixo rendimento, como agropecuária e serviços domésticos. Embora a criação do MEI tenha ampliado a possibilidade de formalização, a alta inadimplência revela a fragilidade dessa estratégia, que em muitos casos disfarça a precarização ao invés de superá-la. Esse cenário reforça o diagnóstico da OIT (2018), segundo o qual elevados níveis de informalidade comprometem os direitos individuais e a sustentabilidade macroeconômica.

Do ponto de vista metodológico, a ausência de microdados do Censo 2022 até o momento de realização deste estudo limitou a atualização do diagnóstico em escala municipal. Contudo, os resultados reforçaram a necessidade de políticas públicas

integradas, que combinem ações de estímulo à formalização, proteção social e enfrentamento das desigualdades de gênero e raça.

REFERÊNCIAS

CENSO demográfico 2010: Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=microdados>>. Acesso em abril de 2025.

CENSO demográfico 2022: Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>>. Acesso em abril de 2025.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. Caderno CRH, Salvador, v. 17, p. 211-229, 2004.

FREEDMAN, Ellis G, SCHNEIDER B (2023 (2023)). *_srvyr: 'dplyr'-Like Syntax for Summary Statistics of Survey Data_*. R package version 1.2.0, <https://CRAN.R-project.org/package=srvyr>>.

MOURA, Rosa. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 93–112, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5922/4276>. Acesso em: jul. 2025.

NOGUEIRA, Mauro Oddo; CARVALHO, Sandro Sacchet de. Trabalho precário e informalidade: desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos. Texto para discussão 2707. Rio de Janeiro: Ipea, 2021

NUNES, Jordão Horta; SANTOS, Neville Julio de Vilasboas e. A desigualdade no “topo”: Empregadores negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro. Dossiê: Desigualdades, Estratificação e Justiça Social, Encarte Digital. Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 16 (2). Apr-Jun. 2016 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/NpWFj6HM6rCRgFbwrLS9bnN/>. Acesso em: 04 jun. 2025

OIT - International Labour Organization. Resolution I. Resolution concerning statistics on the informal economy. 2023b. 21st International Conference of Labour Statisticians. Geneva, 11–20 October 2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40dgreports/%40stat/documents/normativeinstrument/wcms_901516.pdf> Acesso em: 07 mai. 2025

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Women and men in the informal economy: a statistical picture. 3. ed. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

SOARES, S. S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Ipea, Texto para discussão n. 769, 2000. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD_769.pdf Acesso em: 04 jun. 2025.